



II Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2012



Trilha 5

Governança Global da Internet

Relatório Completo

Olinda, 5 de julho de 2012



1. INTRODUÇÃO

A Trilha 5 – Governança Global da Internet do II Fórum da Internet do Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012 foi realizada no dia 4 de julho de 2012, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE).

Foi coordenada pelo conselheiro do CGI.br, Cássio Jordão Motta Vecchiatti. O trabalho começou com uma abertura do coordenador da trilha que expôs os procedimentos adotados, no qual a primeira hora foi reservada aos oradores representantes de cada setor, que tiveram 15 minutos para suas exposições iniciais. Após as apresentações dos oradores convidados, foram abertas as inscrições para as falas dos participantes, que poderiam se manifestar durante até cinco minutos.

O objetivo da Trilha 5 foi discutir a importância da Internet para a comunicação, a economia, a política e a cultura de todas as sociedades, o que tem acirrado as disputas sobre qual a melhor forma de governança. A trilha pretende avançar no debate sobre como garantir uma gestão livre, democrática, multissetorial e que assegure a diversidade cultural.

O Relatório Completo desta trilha, representada por este documento, apresenta todos os eventos ocorridos durante a Trilha 5, bem como os anexos referentes aos documentos criados durante o II Fórum da Internet. Assim, o relatório divide-se em três partes:

- 1) Exposição dos Oradores.
- 2) Exposição dos Participantes.
- 3) Anexos.



2. EXPOSIÇÕES DOS ORADORES

Na *Trilha 5 – Governança Global da Internet* foram convidados cinco oradores que representavam quatro diferentes setores: o Setor Governamental, representado por Rômulo Neves, do Ministério das Relações Exteriores, o Setor Empresarial, representado por Massilon Araújo, da empresa A. T. Kearney, o Setor Acadêmico, representada pelo professor Flávio Wagner, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e o Terceiro Setor, que teve como oradores Carlos Affonso de Souza, do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação GetulioVargas (CTS/FGV) e Marília Maciel, do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getulio Vargas (CTS/FGV).



Resumo da Exposição dos Oradores

O representante do Setor Empresarial foi o primeiro a se manifestar, apontando que é necessário repensar o modelo atual de governança da Internet, frente a vários fatores e desafios explicitados em sua apresentação. Em seguida, foi dada a palavra ao Setor Acadêmico, onde foram apontados os modelos de governança aos quais a Internet está inserida e quais poderiam ser alternativas a este modelo. O Terceiro Setor indicou quatro camadas da Internet com suas próprias regras de governança e problemáticas de privatização da governança da Internet em determinados portais de grande tráfego de usuários, bem como a ausência de fórum internacional de governança, criticando os Estados Unidos por sua centralização no processo de discussão e decisão e a expansão do conceito de multissetorialismo. Por último, o representante governamental destacou a importância do Ministério das Relações Exteriores em criar um novo modelo de governança, pelo qual ouvem-se as opiniões internas e defende-se as externamente. A posição brasileira é defender internacionalmente os países periféricos e em desenvolvimento.



SETOR EMPRESARIAL – APRESENTAÇÃO DE MASSILON ARAÚJO

O representante do Setor Empresarial, Massilon Araújo, expressou o objetivo de refletir sobre o modelo atual de governança da Internet, dado a sua importância crescente no mundo empresarial, devido ao aumento do número de consumidores e surgimento dos países emergentes. A apresentação também salientou a necessidade de refletir sobre lacunas do modelo atual frente à complexidade da Internet e apontou aspectos complementares ao modelo atual de governança global.

Foi apresentado o contexto atual do número de indivíduos com acesso à Internet, tido como aproximadamente um terço da população mundial. Enfatizou-se que a dinâmica de uso da Internet mudou devido à sua mobilidade e que a causa dessa mudança advém do crescimento dos países emergentes. A expansão dos países emergentes intensifica a penetração das ferramentas de troca de informações devido ao aumento do número de pessoas que as utilizam e devido à grande disponibilidade existente de aparelhos móveis.

Os novos meios de interação geram alterações significativas na forma como indivíduos e entidades se relacionam, já que há múltiplos canais disponíveis para realizar uma mesma atividade. Foi apontado como exemplo o bloqueio da Internet no Egito, para evitar que ela fosse utilizada como ferramenta das revoltas da Primavera Árabe. Isso demonstra a influência da Internet na maneira pela qual a sociedade se mobiliza, consome e cria nova cultura.

Foi apontado por Araújo que essas mudanças estruturais de interatividade podem gerar problemas relacionados à governança, quando considerada sob o ponto de vista empresarial. A governança atual não é considerada clara, pois o entendimento do mercado é que há multiplicidade de entidades com interesses e opiniões distintas sobre qual é o impacto da Internet em cada país. Nesse ponto, foi salientado o risco da influência e dependência das ações americanas em relação ao funcionamento e ao comportamento futuro de várias entidades.



A relação do modelo de governança com o aumento da complexidade de interação entre várias entidades cria pontos negativos para toda sociedade. Considera-se como um deles a tentativa de bloqueio de livre expressão e conteúdo na Internet, baseado na argumentação de defesa de direitos autorais e propriedade intelectual. O interesse do governo americano em controlar conteúdos da Internet é constatado através de legislações como o SOPA e o PIPA, que são apresentados pelos Estados Unidos como necessários à proteção do setor empresarial nacional. O impacto dessa regulação, se aprovada, é multiplicador.

Massilon aponta que outra discussão que tem chamado a atenção das empresas, sob a questão da propriedade intelectual, é o direito ao uso da marca. Os novos TLDs geram questionamentos de quais serão os impactos no Setor Empresarial, da criação e da própria necessidade dos novos domínios e da adaptação das empresas em relação ao aumento do número de TLDs no mercado.

Foram também apontados desafios para a promoção do crescimento econômico da Internet concomitante à liberdade de expressão, acesso, segurança e diversidade cultural. Os dois elementos combinados – conteúdo e geração de valor – são importantes, pois sem geração de valor a Internet não tem apelo. Nos modelos de negócios atuais são considerados os benefícios de longo prazo ao lançar plataformas *on-line*. São destacadas quatro desafios de uma lista de oito: Centralização excessiva dos EUA; Propriedade intelectual como argumento para bloqueio e controle de conteúdos; Aspectos Legais; e Convergência Digital.

Segundo Massilon, os pilares que sustentam a Internet atualmente devem ser repensados entre governo, empresas e indivíduos. Há necessidade das empresas de atuar internacionalmente. Foi realçado que a situação econômica favorável dos BRICs e outros países emergentes elevou o crescimento da Internet, porque melhorias na infraestrutura, na renda e na qualidade de vida são traduzidas em necessidade de maior acesso à informação, novas tecnologias e novos mercados. Foi salientada também a convergência tecnológica como tendência consolidada, que cada vez mais será aprofundada, e a importância da Internet como bem de interesse público.



SETOR ACADÊMICO – APRESENTAÇÃO DE FLÁVIO WAGNER

A palavra foi dada então a Flávio Wagner, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ele iniciou sua apresentação apontando as problemáticas internacionais a respeito da temática da governança na Internet. Segundo o professor, o órgão ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*), que distribui nomes e domínios internacionalmente, garantindo que a Internet não seja uma rede desorganizada e desconectada, mas uma grande rede mundial, faz mais que um trabalho técnico, como as funções IANA, sob contrato da agência NTIA (*National Telecommunications and Information Administration*), da agência do Departamento de Comércio dos EUA. Segundo o professor, é vontade internacional o descolamento da Internet deste departamento.

O professor Flávio explicou que a ICANN possui um modelo “*multistakeholder*” parecido com a ONU, e que os mínimos detalhes são discutidos. A estrutura é híbrida e assimétrica, onde divide-se em comerciais e não comerciais. No comercial, temos os interesses de propriedade intelectual, servidores e usuários comerciais. Os cidadãos e organizações sem lucro estão na divisão não comercial. Wagner fez sua apresentação focando os aspectos internacionais da governança da Internet.

Além disso, o professor explicou que o papel central da ICANN, a corporação internacional para atribuição de nomes e números de domínios, é o de garantir a Internet não apenas como um sistema global, um conjunto de números, de redes desorganizadas e desconexas. Ela também distribui os espaços de endereçamento, para as várias regiões, gerenciando os espaços de nomes e domínios de primeiro número principalmente, raiz do sistema gTDLs (*generic Top-Level Domain*), que garante a Internet como sendo única. O professor Flávio acredita que este é um trabalho técnico, mas com uma repercussão enorme na política, na sociedade e na economia, visto o contrato que ela tem junto ao governo dos Estados Unidos.



Sobre o histórico da ICANN, foi criada em 1998, para administrar também a zona raiz das gerências dos domínios de primeiro nível, a chamada função IANA. Em princípio, era uma entidade que fazia essa primeira administração, mas desde 1999 suas funções são gerenciadas pela ICANN, sob um contrato com a Agência do Comércio dos Estados Unidos, e assim uma sucessão de contratos ao longo do tempo. No início era muito vinculada a essa supervisão do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, dos contratos feitos juntos a ICANN. Recentemente, por pressão internacional, os Estados Unidos permitiram maior independência governamental e o contrato que está em vigor atualmente é o *Information of Comunion*, que faz exigências em relação à transparência e à *accountability* da ICANN, não só perante o governo dos Estados Unidos como era no ano passado, mas perante os outros usuários, empresas, a sociedade em geral, os governos e assim por diante.

Wagner mostrou a complexa estrutura da ICANN, a qual os “*multistakeholders*” interessados na gestão da Internet tentam organizar, pelo menos nesse aspecto da gestão dos domínios da rede. Existem 3 principais organizações que de fato determinam regras de funcionamento. São a SO (*Support Organization*), que organiza os *registers* das cinco regiões mundiais, os GSOS e os GNSOS que reúnem os administradores dos *country codes*, *registers* nacionais.

O professor Flávio destaca também que há outros órgãos que de fato têm direito a voto e tomam as decisões maiores, como os *advisors*, *committees*, reunindo usuários do mundo inteiro. Há outras áreas que tratam da seguridade e da estabilidade da rede, especialmente no GAP, onde estão os *advisors*, *committees* e por último o CORI, que reúne os governos dos vários países envolvidos. Deste modo, o professor Flávio novamente destaca a complexidade da organização com uma série de regras, protocolos, sendo discutida cada vírgula de todo o processo.

Do outro lado, tem os grupos de *stakeholders* que têm relações contratuais, os *registers* que administram e, debaixo dos *registers*, há a comercialização dos registros dos domínios de segundo nível. E depois tem uma estrutura complexa de um conselho com 23 membros, representantes desses vários grupos com regras muito particulares de votação para ser maioria.



O ICANN tem um contrato, atualmente em vigor, entre a IANA e o os Estados Unidos, começou em 1º de outubro de 2009 e vai até 30 de setembro desse ano. Ele estabelece os principais compromissos da IANA e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos e o compromisso mais importante é garantir que as decisões da IANA com relação à coordenação técnica global do IMS (sistema de domínios) sejam tomadas no interesse público e sejam responsáveis e transparentes.

Destaca-se que o governo dos Estados Unidos se compromete com esse modelo de desenvolvimento de gestão da Internet, no modelo *bottom-up* para a coordenação técnica do sistema, que já é um avanço para uma perspectiva de dez anos atrás. O professor Flávio Wagner defende a função técnica, principalmente da ICANN, de assumir e fazer isso para interesse público. O contrato atual venceria no ano passado, mas foi prorrogado para o dia 31 de março desse ano. Havia uma chamada dessa agência de comércio dos Estados Unidos para ver que entidades interessariam em assumir aquelas funções.

Contudo, a ICANN fez a sua proposta e aquela chamada foi cancelada em março desse ano, pois aparentemente a proposta da ICANN não tinha sido satisfatória para o interesse do governo dos Estados Unidos. Então, o contrato foi prorrogado para 1º de setembro, e publicaram uma nova chamada para 16 de abril, provavelmente repetindo os termos da chamada anterior e o contrato que iniciaria em 1º de outubro desse ano. Ontem a noite o contrato foi finalmente assinado entre a IANA e a Agência de Comércio, o que significa que a ICANN está agora com o contrato assinado e a partir de 1º de outubro ela assumirá essa função por mais dois anos, até 2015, renovável por mais dois períodos de dois anos, potencialmente até 2019.

Além da ICANN, existem no cenário internacional outros fóruns que discutem governança, por exemplo, o IGF (Internet Global Fórum), que foi criado a partir das conferências mundiais da sociedade da informação, promovidas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), na agenda de Tunis, a criação do IGF, com uma série de atribuições. A primeira, discutir questões de políticas públicas relacionadas aos elementos-chaves da



governança da Internet para promover sustentabilidade, facilitar o discurso entre diferentes organizações que são relacionadas a políticas públicas e a Internet. O terceiro é promover o engajamento dos *stakeholders* nos futuros organismos de governança da Internet.

O professor Flávio pede para que se note todos os verbos: discutir, facilitar, interfaciar, aconselhar, identificar, contribuir, pois o IGF não tem um mandato para definir políticas, ele tem mandato de discutir política, propor para os órgãos que tenham a competência para fazer a gestão da Internet. Apesar disso, se se avaliar a pressão que ela exerce, ela tem vários pontos positivos, como organização com algum grau de democratização e de ampla participação e transparência, em que encontros e reuniões são abertos e transmitidos *on-line*. Com documentos totalmente disponíveis, ela é capaz de avançar tecnicamente, as decisões técnicas que vão sendo tomadas ao longo do tempo, os domínios de primeiro nível, os internacionais. Ou seja, há um processo formal bem estabelecido para definir as políticas, garantia de participação, procura operar de forma internacional, alguns documentos em várias línguas, tradução simultânea em grande partes dos encontros.

Enquanto isso, na ICANN, os governos têm um papel consultivo para a organização, não um papel decisivo, influenciando fortemente na política. A ALAC, onde se reúnem os usuários, ela tem a composição de membros que é bastante *ad-hoc*. O professor Flávio alerta que capítulos de vários países não são claros em seu funcionamento, bem como a implementação do *board e staff*, pois há uma sutil diferença entre política e política de implementação, quando muitas vezes o entendimento é distorcido. Certas implementações são dadas como representadoras das comunidades, mas a participação é prejudicial.

Apesar do avanço em relação à independência dos EUA, há uma série de pontos negativos, aspectos institucionais, pois falta *accountability*, especialmente para processos de domínios. O estatuto da ICANN diz que ela é de interesse público, mas o professor questiona o que é o interesse público. Quem vai fazer por esse público, como se questiona a ICANN por não estar agindo de acordo com o interesse público? Não existe uma entidade que possa questionar as decisões do *board* não podem ser revistas por alguma outra instância que represente os interesses públicos perante a qual a ICANN deveria ser. O Terceiro Setor tem enormes dificuldades para levar adiante as suas posições, geralmente é minoritário, na



prática um voto vencido na maior parte das decisões. A participação do Setor Acadêmico é diluída, bem como não há participação de órgãos legislativos nacionais e internacionais, que seria importantes, pois são estes órgãos os definidores das leis.

O professor Flávio aponta ser possível que a função IANA deixe de estar vinculada ao governo dos Estados Unidos e seja absolvida definitivamente pela ICANN, ou que a ICANN perca esta função IANA e possa continuar questões de políticas mais gerais na função IANA. Ou seja, a IANA poderia ser simplesmente coordenadora técnica das funções do DNS e ter uma limitação bem maior na sua capacidade de definir políticas que seriam passadas para outra entidade, como organizar melhor institucionalmente a ICANN para ter uma estrutura “*multistakeholder*”.

Há muitos outros problemas envolvidos e o professor questiona novamente se o governo dos Estados Unidos vai abrir mão do seu poder sobre a ICANN, pois há uma série de outras questões de governança como segurança, privacidade e conteúdo. Por exemplo, a neutralidade de rede. Quem cuidará disso, questiona Flávio. São muitas decisões técnicas para a ICANN. Sobre as questões DNS, o professor aponta que não está clara uma competência internacional para algum órgão único fazer a gestão dessas coisas. Sugere que seja institucionalizado uma entidade “*multistakeholder*” internacional para gerir essas problemáticas destacadas acima.

Como alternativas para a solução dos problemas da entidade internacional, fala-se em uma agência vinculada à ONU. O professor alerta que esta é a pressão de alguns países, mas há riscos enormes de captura completa pelos governos, e muitos desses governos têm problemas em relação à liberdade de expressão, e existe motivação de governo para realizar esta captura da gestão da Internet para poder controlar a rede em seus países. Além disso, há o risco da burocratização. Alguns países desejam deixar a Internet dentro da ITU (*International Telecommunication Union*), contudo, pode haver uma confusão entre o que é comunicação e a Internet, além de que o órgão está subordinado à ONU, já com restrições de captura governamental e de burocratização.



APRESENTAÇÃO DO TERCEIRO SETOR – MARÍLIA MACIEL E CARLOS AFFONSO DE SOUZA

Foi dada então a palavra para a representante do Terceiro Setor, Marília Maciel. Ela baseou sua apresentação em quatro desafios essenciais ligados à governança global da Internet, assim considerados sob o ponto de vista dos atores não estatais.

O primeiro é o desafio conceitual de governança, que é o tema cuja definição não é amplamente conhecida. Foi definida então a governança da Internet como o processo pelo qual chega-se à decisão de leis, normas, princípios e instituições que criam as políticas públicas referentes à Internet, como acesso, privacidade, segurança e outros.

Apontou-se então a possibilidade de definição da Internet por meio do conceito de quatro camadas. São elas: a camada de infraestrutura (telecomunicações); acima dela a camada lógica (protocolos, nomes de domínios); acima da camada lógica, a camada de desenvolvimento de *software* e, por último, a camada de conteúdo. Cada uma das quatro camadas superpostas, que compõem o que é denominado de Internet, tem regras, atores e instituições próprias de governança.

O ator que desenvolve *softwares* deve ter em mente a camada de infraestrutura, que talvez limite a circulação do *software* desenvolvido. Foi ressaltado que o desafio da governança da Internet são essas camadas e temas, que devem ser considerados de maneira ampla e interligada, para que não fiquem desvinculados. Além disso, foi salientada a importância da discussão sobre legislação internacional da Internet, além da nacional, já que a regulamentação de âmbito internacional limita e impacta as possibilidades regulatórias do Brasil. Foi apontado que a discussão sobre banda larga nacional deve ser considerada juntamente ao debate de custos de interconexão internacional.

O segundo desafio é a existência do processo de privatização na elaboração de normas da Internet. Os termos de uso de plataformas como o Facebook tornam-se forma de regulamentação transacional da rede. Essas plataformas, que são de empresas privadas, não dão opção ao usuário e passam a definir diretamente os termos de privacidade e conteúdo naquele determinado espaço. Foi apresentado como exemplo desse tipo de



regulamentação, levada a cabo por empresas internacionais, o caso do banimento temporário do perfil e a exclusão de fotos de usuárias que postaram imagens relacionadas ao movimento da Marcha das Vadias.

O ponto ressaltado pela oradora foi a ocorrência de delegação de responsabilidade ao Facebook, que acaba tendo a capacidade de estabelecer regras sobre o que é adequado ou não em relação à expressão social. Embora seja empresa privada, foi defendido que não se deve imiscuir da responsabilidade de debater a atuação de tais plataformas, já que possuem alcance global e alto número de usuários. Há relevância na discussão do cerceamento da Internet realizado por governos, mas esse debate deve ser ampliado às empresas, que tem o poder de cercear o conteúdo na Internet, talvez até mesmo de maneira menos democrática e aberta que os governos.

O terceiro desafio apresentado é relacionado à ausência de fórum internacional no qual seja debatida a governança da Internet. No entanto, foi apontado que a inexistência de tal espaço não significa que decisões não estejam sendo tomadas internacionalmente. Decisões são tomadas, mas em âmbito restrito e por pequeno grupo de países, no qual países em desenvolvimento não têm condições de participar. Esse processo gera grande assimetria na governança da Internet. Formula-se dessa maneira, a necessidade de estabelecer plataformas multilaterais, composta por países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como multissetoriais, com os atores interessados.

O quarto ponto exposto foi a necessidade de qualificar o multissetorialismo, pois só a abertura é insuficiente. O multissetorialismo foi considerado como valor importante da governança, mas deve-se ir além da consideração que estabelece todos os participantes como sendo homogêneos. Foi defendido que somente ao reconhecer o papel de cada setor é que torna-se possível admitir a contribuição específica de cada um deles para as decisões.

Dando continuidade às falas do Terceiro Setor, Carlos Afonso realizou a observação sobre o número de usuários da Internet apresentado comumente pelo setor empresarial. Afirmou-se então que os dados quantitativos reais de usuários da Internet diverge do que é afirmado pelo setor



empresarial, porque embora o número de aparelhos celulares no Brasil seja alto, poucos brasileiros utilizam aparelhos como *smartphones*. Seria uma falácia afirmar que tudo e todos estão conectados.

Foi apontado o papel centralizador dos Estados Unidos em relação à governança da Internet, pois ele concentra as operações de controle de propriedade da rede já que a questão de propriedade intelectual é muito importante para o país. A indústria resiste à inovação ao fazer *lobbys* nos Estados Unidos e na União Europeia por meio de leis como SOPA, PIPA e o *Trans-Pacific Partnership*. Essas leis afetam a todos, já que transforma o poder de polícia em poder de juiz.

O sistema WHOIS foi apresentado como problemático, algo que a indústria de propriedade intelectual não admite. Foi afirmado que há entidades que correm riscos se sua identificação for realizada. O exemplo dado refere-se a possível liberação do WHOIS para subdomínios *.gay* em países como Arábia Saudita. Desta forma, será conhecido quem são as pessoas que acessam este conteúdo de liberdade sexual e elas simplesmente podem ser assassinadas nestes países onde o homossexualismo é crime. A participação multissetorial é tida então como fundamental para debater os riscos relacionados à governança.

Por último, foi ressaltado que o sistema de governança brasileira é multissetorial, mas que há lacunas nesse modelo. Affonso salienta que no Brasil há histórico de luta pelos princípios da Internet, tendo o Marco Civil a possibilidade de ser a ferramenta brasileira que defina as reivindicações específicas do país perante a comunidade internacional.

SETOR GOVERNAMENTAL – APRESENTAÇÃO DE RÔMULO NEVES

Por último, Rômulo Neves, representando o Setor Governamental, no Ministério de Relações Exteriores, baseou sua fala em três tópicos principais. No primeiro, expôs o papel da diplomacia na questão da governança da Internet. A competência da diplomacia envolve três funções



tradicionais: representar o país no exterior, informar o governo brasileiro sobre o que ocorre em outras nações e negociar com outros governos ou órgãos internacionais.

Um exemplo de questão diplomática tradicional é a disputa por fronteira, mas reconhece-se que a Internet é questão não tradicional no meio diplomático. Isso leva à configuração da quarta função da diplomacia, ainda em gestação, que é articular internamente os interesses do país para melhor desempenhar a função de negociar externamente. É necessário conhecer a posição nacional para negociar no exterior de maneira adequada. Os temas tradicionais são tratados a partir de ordens da presidência, no entanto, a temática da Internet exige outra dinâmica, porque o ambiente é multissetorial e também porque o modelo de gestão da Internet é multissetorial. Há diferença em outros países, cuja legislação da Internet e de telecomunicações são verticais, emanadas do governo.

O segundo ponto é a temática dos outros espaços de governança da Internet, além da ICANN. É apontado que sob a perspectiva governamental, um fórum muito importante é a ONU, que não trata de governança no quesito decisório, mas que através de encontros como a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, em 2003 e 2005, definiu algumas linhas de ação a serem tomadas, como o *Internet Governance Forum*, e distribuiu as questões debatidas em diversas agências e fóruns, como UNESCO, OIT e UNCTAD.

A lacuna institucional entre o modelo da ICANN e o da ONU levou ao surgimento da cooperação aprimorada, surgiu assim, como conceito alternativo ao modelo institucional existente. Ainda é difuso, mas em linhas gerais afirma a necessidade de cada país ter papel na governança da Internet, já que não há esse espaço na ICANN e o IGF não produz decisões. Foi afirmado que tanto a ICANN como o IGF possuem problemas de concepção e operacionalização. Do ponto de vista do governo, foi mencionado que a problemática da ICANN é a captura pelas empresas de domínios privadas, que “legisla” em seu próprio interesse.



O problema do modelo da ONU é a falta de comprometimento de alguns países, com o risco de haver imobilismo no processo decisório. Esses dois fóruns, que deveriam ser complementares, apresentam problemas graves: na ICANN há a relação com as empresas privadas, o que leva a perda do interesse público na questão de governança; no modelo intergovernamental há o risco de imobilização do processo decisório.

A posição brasileira nesses dois fóruns é complexa, já que o governo brasileiro defende o meio termo. O governo considera que a ICANN não é capaz de soluções concertadas, devido a ser capturada por empresas. O exemplo dado foi a criação de novos domínios, que não é algo visto como de interesse público, e sim do interesse das empresas que os vendem. No modelo ONU, há o risco de captura pelos governos. A postura do governo brasileiro é a defesa do modelo brasileiro de governança da Internet, no qual há o debate entre vários atores para chegar às decisões. Embora as decisões possam desagradar a alguns, o debate ao longo do processo decisório torna o resultado final aceitável.

O terceiro ponto colocado na apresentação de Rômulo é a importância do CGI.br. Foi ressaltado que o papel do CGI.br é fundamental para que o Itamaraty possa articular internamente e definir a posição brasileira, auxiliando o Ministério das Relações Exteriores a negociar no exterior. Foi apontado o fato de que em outras nações, representantes do mesmo país assumem posições divergentes nos diversos órgãos internacionais em que atuam. No caso do Brasil, o Itamaraty atua em quase todos os fóruns internacionais baseado nas posições articuladas pelo CGI.br.

Rômulo afirmou que a diplomacia brasileira é respeitada no sistema de governança por ter posição definida nos diversos órgãos e também por essa posição ser construída internamente através de debate amplo. As posições do governo brasileiro defendidas no exterior são consideradas consensuais pelos diversos grupos de atores (acadêmico, sociedade civil e outros).

A atuação brasileira na ICANN é realizada através do Itamaraty no *Governmental Advisory Committee (GAC)*, que é o órgão que emite conselhos ao *board* da ICANN. No entanto, o interesse de governos em enviar representantes para expedir conselhos ao *board* é baixo, caso sinta que seus conselhos não são considerados nas decisões tomadas. Isso causa fraqueza institucional ao GAC, devido à falta de participação de seus



membros, o que por sua vez, leva à debilidade também da ICANN. Quando os países não participam do GAC, eles procuram alternativas de atuação, que embora menos democráticas que a ICANN, possuem efetividade, sob o ponto de vista governamental. A opinião brasileira é que para dar efetividade a ICANN, o GAC deve ser forte, pois se os conselhos emitidos pelo GAC não forem considerados pelo *board* da ICANN não haverá interesse dos países em enviar representantes para discutir e formular recomendações no GAC.

A atuação brasileira no IGF.br é guiada pelo objetivo de fortalecer a posição dos países em desenvolvimento nesse fórum. Não haveria interesse, sob o aspecto financeiro, em enviar representantes caso o fórum não englobe suas opiniões. Críticas feitas em relação à posição brasileira na questão da governança da Internet tendem a considerar que o Brasil deseja assumir posição hegemônica e dominante na temática da governança.

Essa crítica não se sustenta devido à formulação da posição brasileira, que é articulada pelo CGI.br, cujo funcionamento é multissetorial. A postura brasileira não é somente a posição do governo brasileiro, o governo participa dos fóruns como representante da posição geral. A maior participação dos governos de vários países nas decisões de governança é defendida pelo Brasil, já que não ter suas opiniões consideradas no processo decisório pode levar à fragmentação da Internet.

O Brasil apoia que outros governos e entidades deem maior atenção às demandas dos países em desenvolvimento, entre elas o IBM (domínios com caracteres arábicos, hebraicos, entre outros), e *country codes*, que se forem desconsiderados podem intensificar a fragmentação.



PRINCIPAIS TEMAS APONTADOS PELOS ORADORES DA TRILHA 5

Foram identificados dois temas principais apontados pelos oradores da Trilha 5:

- **Modelo de Governança da Internet Brasileira (CGI.br)**
- **Modelo Internacional de Governança da Internet (ICANN)**

A) Modelo de Governança da Internet Brasileira (CGI.br)

a) Quem citou esse tema?

Setor Governamental e Terceiro Setor

b) Posicionamentos

- **Setor Governamental:** CGI.br articula opinião pública internamente e colabora para negociação do Ministério das Relações Exteriores no exterior.
- **Terceiro Setor:** Multissetorialismo é defendido como modelo de governança na ICANN.

c) Principais consensos

Defesa do modelo multissetorial e do modelo brasileiro.



d) Principais dissensos

Não foram encontrados dissensos na Trilha 5 sobre este tema.

B) Modelo Internacional de Governança da Internet (ICANN)

a) Quem citou esse tema?

Todos os setores (Setor Governamental, Setor Acadêmico, Setor Empresarial e Terceiro Setor).

b) Posicionamentos

Setor Governamental:

- Há pouco comprometimento dos países nas discussões sobre governança global da Internet, pois o GAC não é decisório (imobilismo decisório).
- Podem surgir alternativas próprias de países quando não representados – fragmentação da Internet em redes isoladas em países (China).
- Criação e uso de nova função diplomática brasileira em relação à Internet – mapeamento do interesse nacional para padronizar representação internacional.
- Há padronização brasileira nas representações do exterior, oriunda das informações do CGI.br.



- Existência de representantes governamentais de um mesmo país que não possuem posições consensuais.
- ICANN é capturada por empresas privadas.
- Modelo brasileiro de governança da Internet torna as decisões mais aceitáveis.
- Fórum sobre governança da Internet não se restringe à ICANN e à ONU, mas também ao CMI, que é importante, pois definiu linhas de ação e as distribuiu em agências e fóruns (UNESCO e UNCTAD).

Terceiro Setor:

- Quatro desafios apontados: 1. Desafio conceitual de governança; 2. Processo de privatização na elaboração de normas da Internet; 3. Inexistência de fórum internacional não significa que decisões não estejam sendo tomadas para a governança da Internet; e, 4. A qualidade do multissetorialismo deve ser pensada, pois a abertura é insuficiente.
- Há processo de privatização na elaboração de regras e na governança da Internet (Facebook).
- *Lobby* de empresas no legislativo nos EUA, UE e ICANN afetam todos os usuários do mundo.
- Os números divulgados sobre efetiva inclusão são inferiores aos apresentados pelas empresas.
- Há lacunas nos modelos de governança entre camadas de infraestrutura, lógica, *software* e conteúdo.
- Marco Civil como referência nos debates de governança internacional.



Setor Acadêmico:

- Apresentou alternativas de governança internacional da Internet: agência vinculada à ONU; aperfeiçoar o modelo atual ICANN; e entidade internacional independente.
- Pontos positivos da ICANN: multissetorial; transparente; internacionalidade.
- Foi sugerido que ICANN tenha maior *accountability* em suas decisões.
- ICANN é capturada por empresas de domínios.
- Papel consultivo de governos.

Setor Empresarial:

- Há oito desafios empresariais diante da atual governança da Internet, sendo destacados quatro: a) Centralização excessiva dos EUA; b) Propriedade intelectual usada como argumento para bloqueio e controle de conteúdos na Internet; c) Aspectos legais; e, d) Convergência tecnológica.
- É necessário repensar o modelo atual de governança da Internet frente a vários favores e desafios.



c) Principais consensos

- Houve defesa do multissetorialismo.
- Defende-se o multissetorialismo brasileiro na ICANN.
- Foram apontadas lacunas no sistema de multissetorialismo internacional.
- ICANN capturada por empresas.
- Dar maior transparência aos processos.

Principais dissensos

Quantidade de pessoas realmente conectadas à Internet com qualidade está incorreta.



3. EXPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Após a apresentação dos oradores, foi aberto ao público presente o direito de fala, mediante a sua inscrição na mesa coordenadora.

A exposição realizada pelos participantes do II Fórum da Internet foi dividida por temas.

Os temas do Grupo I tratam dos assuntos discutidos pelos oradores e que estão diretamente ligados ao tema da Trilha 5 – Governança Global da Internet. O Grupo II trata de assuntos propostos pelos participantes que não foram citados por oradores da trilha, mas que têm relação com o tema da mesma.

Finalmente, os temas do Grupo III tratam de assuntos que foram discutidos na trilha, porém não são totalmente conexos ao tema proposto na trilha. Ou seja, não eram diretamente relacionados com a trilha sobre a Governança Global da Internet.

O quadro abaixo identifica os temas que apareceram na Trilha 5 – Governança Global da Internet.

GRUPO	TEMAS
I – Manifestações dos participantes sobre temas que foram citados pelos oradores da Trilha 5;	a) Modelo de Governança da Internet Brasileira (CGI.br); b) Modelo Internacional de Governança da Internet; (ICANN)
II – Manifestações dos participantes sobre temas que não foram citados pelos oradores, mas possuem relação com a temática da Trilha 5;	a) Propostas; b) Reclamações sobre o modelo de participação no II Fórum da Internet;
III – Outras manifestações que não se relacionem diretamente com o tema da Trilha 5;	a) Lei de Acesso à Informação Pública; b) Preço da Internet no Brasil;



TEMAS – GRUPO I

A) *Modelo de Governança da Internet Brasileira (CGI.br)*

- **Professor Flávio Wagner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul):** Apresentou que o CGI.br é um modelo de governança que está sendo exportado, pois possui um fato que tem uma atribuição maior que a gerência técnica do DNS, das camadas do nível lógico que a Marília comentou em sua fala. O CGI.br, além da camada lógica, zela pelo desenvolvimento da Internet no Brasil, ou seja, trata de todas as camadas. O participante também acredita que as cartilhas de segurança procuram endereçar a preocupação sobre a segurança na rede. O CGI.br, por atribuição, já tem sua função e sucesso, de ampliar o acesso a informação sobre a Internet e governança da Internet. Além disso, é uma comissão pluralista que possui agilidade necessária de interesse público. Talvez os resultados sejam melhores que os resultados da ICANN. Apontou que o fato do W3C ser sediado no NIC.br é benéfico para a sociedade brasileira. O padrão de governança é mais complicado no exterior.
- **Carlos Affonso de Souza (CTS/FGV, Rio de Janeiro):** Em resposta ao professor Flávio Wagner, comentou que a resposta do professor refere-se ao conteúdo internacional, contudo, essas instituições possuem iniciativas voluntárias, de todas as ações. Por exemplo, o IPv6, solução para o problema de espaço de endereçamento da Internet com o IPv4. A migração ajudou a conseguir mais espaço para estes endereços por um bom tempo. Essa transição é de grande complexidade. O LACNIC, que é o órgão que endereça os registros na América Latina, possui um programa de capacitação e treinamento para profissionais de grandes empresas de conteúdo de grupo ou individual, profissionais correlatos, para que haja coexistência. Essa é uma das estruturas de governança. O NIC.br possui cursos gratuitos regulares em várias cidades do Brasil para qualquer pessoa que queira entender o processo de IPv6, especialmente para as pessoas que trabalham



com a área de grandes *Data Centers*. E o objetivo é que estas pessoas possam também disseminar o conhecimento para as suas localidades e empresas. Existe um *site* específico (<http://www.ipv6.br>) em que há cartilhas e materiais para dar apoio às pessoas. Além disso, apontou que deveria ser apropriado o uso de padrões de navegação e acessibilidade como os dados abertos. O W3C é responsável por esta função no CGI.br. Por exemplo, quando *sites* não são visíveis ou possuem problemas de acesso, é porque não está de acordo com as recomendações que são criadas pela W3C, desde a formulação até a concepção do *site*. Outra questão levantada foi a interoperabilidade. Por exemplo, quando apenas o Internet Explorer pode imprimir um *ticket* aéreo, isso impede o uso por outras pessoas. Também acredita que o fato do W3C estar no CGI.br seja benéfico para a sociedade brasileira como o disse o professor Flávio Wagner. No Japão, por exemplo, é uma universidade. Em outros países são empresas. E obviamente que não precisamos apenas dos dados abertos, mas também interoperáveis por qualquer equipamento, pois se for impedido de ser utilizado em algum, ele está ferindo um dos princípios da Internet livre. É necessário que o usuário tenha acesso livre à rede. Destacou também que o CETIC.br é um grande produtor de estatística do setor. Está para ser publicada uma pesquisa sobre ONGs, montada sob consulta pública com especialistas da área e aberta à população. Isso mostra o caráter da produção de informação. Outro ponto é a melhoria de tráfego de redes, sendo o Brasil um dos grandes destaques de qualidade internacional. Antigamente, para enviar uma mensagem do Rio de Janeiro para São Paulo, esta passava pelos Estados Unidos. Atualmente o tráfego nacional é realizado dentro do Brasil. Em breve, serão 27 pontos de troca, inclusive Londrina é uma cidade exemplo que possui um. Isso reduz um dos grandes custos da rede, que é a transmissão de dados. O IPv6 poderá ampliar a possibilidade de usuários terem IPs em todos os equipamentos possíveis, como máquina de lavar, geladeira, câmera, etc. Também há a problemática de segurança, como os zumbis que são computadores *hackeados* no Brasil e que colocam o país como um dos primeiros a enviar *spam* para o mundo. E não há preocupação aparente do empresariado no Brasil.

- **Leandro Chemalle (Partido Pirata, São Paulo):** Destacou que outro ponto a se discutir é a segurança jurídica do CGI.br. Não é simples de ser realizado, contudo, recomenda-se ser uma lei para que seja ainda mais difícil sua alteração. Com isso, pode-se pensar melhor na



composição deste comitê. Por exemplo, Terceiro Setor envia apenas três representantes de 100 que tentam. Facebook é parte do escopo, pois ele tem uma linguagem própria. Porque não discutir essa linguagem dentro do W3C. Muitas vezes iniciativas privadas chegam a uma dimensão tão grande que alguns órgãos devem estar mais atentos.

MODELO DE GOVERNANÇA DA INTERNET BRASILEIRA (CGI.br)		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Posicionamentos</i>
<p>1) Há pouco comprometimento dos países nas discussões sobre governança global da Internet, pois o GAC não é decisório (imobilismo decisório);</p> <p>2) Países que não se consideram representados em fóruns internacionais buscam outras alternativas – fragmentação da Internet em redes isoladas em países (China);</p> <p>3) Há existência de representantes governamentais de um mesmo país que não possuem posições consensuais;</p> <p>4) ICANN é capturada por empresas privadas;</p> <p>5) Modelo brasileiro torna as decisões mais aceitáveis;</p> <p>6) Problemas de governança – Facebook pautando moral e bons costumes ao censurar imagens de usuários.</p>	<p>1) Há necessidade de mudanças no regulamento da Internet na OIT;</p> <p>2) Defendeu-se padronização da pauta na agenda da Internet em todos os países;</p>	<p>1) CGI.br articula opinião pública internamente e colabora para negociação do MRE no exterior;</p> <p>2) Há padronização brasileira nas representações do exterior, oriunda das informações do CGI.br;</p> <p>3) Fórum sobre governança da Internet não se restringe à ICANN e à ONU, mas também ao CMI, que é importante pois definiu linhas de ação e as distribuiu em agências e fóruns (UNESCO e UNCTAD);</p> <p>4) Criação e uso de nova função diplomática brasileira em relação à Internet – mapeamento do interesse nacional para padronizar representação internacional.</p>



B) Modelo Internacional de Governança da Internet (ICANN)

João Carlos Caribé (representante do MEGA NÃO, Rio de Janeiro): Apontou que gostaria de reforçar um ponto que o professor Flávio Wagner da UFRGS comentou sobre o encontro da OIT em Dubai. Essa questão preocupa, pois o Brasil não possui acesso à agenda e informações das temáticas. Há informações vazadas que preocupam, tal como a neutralidade, centralização de governança, fusão de serviço agregado a serviços de telecomunicação, cibersegurança e outros assuntos que não são pertinentes a isso e a fábula do colapso de estrutura. Por último, questiona o representante do Ministério das Relações Exteriores, Rômulo, se o Brasil pode tomar posição e informar a sociedade a respeito do processo?

Rômulo Neves (Ministério das Relações Exteriores – MRE): Em resposta a João Carlos Caribé, informou que a Anatel, o Ministério das Comunicações e o MRE conseguiram protocolar o compromisso de que sejam divulgados on-line todos os documentos que serão discutidos na reunião da OIT, em Dubai.

- a) **Amanda (GEDAI da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis):** Questionou como ofertar a infraestrutura de modelos pulverizados que não tenham educação e acesso remoto? Por exemplo, há o incentivo governamental, a discussão aqui é de modelos de negócios padrões, mas há outra área de governança democrática para novas formas de atuação nestes modelos pulverizados de empreendedorismo;
- b) **Massilon Araújo (A. T. Kearney):** Em resposta a Amanda (UFSC), apontou a necessidade de entrada de pequenas empresas afastadas dos grandes centros e quais soluções que poderiam ser realizadas pelo governo e empresas neste contexto. Primeiro é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, onde há 10, 12 bilhões de reais para incentivo ao acesso à Internet. Segundo ele, não é utilizado da maneira mais correta. Por outro lado, isso onera as operadoras fixas e móveis e não há investimentos maciços na universalização. Isso poderia abaixar preços e dar maior acesso às pessoas nos rincões e também nos grandes centros. Segundo, como



flexibilizar os instrumentos de tributos para que possa haver redução de preços e as camadas mais baixas terem acesso à SMS, Internet de qualidade com possibilidade de inserção e visualização de conteúdo;

- c) **Carlos Alberto Jaques (Fenadados – CUT, Brasília):** Indicou que o que mais se precisa é de governo. Por meio do modelo tentar a melhor alternativa ou possibilidade. Em governos, é uma tomada de decisão. A fase de testes da Internet já passou. Todos os atuais e fortes provedores possuem grandes nuvens praticamente prontas. Ainda não se sabe tarifar isso, mas todos já podem vender o serviço. Apontou que o cenário é praticamente uma arqueologia da rede, dentro da ICANN, é necessário tentar melhoria de padrões, pois na realidade o Facebook, por exemplo, vai criando seus padrões. A China se retirou de alguns padrões internacionais (os que possuem maior aceitação internacional) pois não acreditava que trariam interesses para o país. A posição da Fenadados é a certificação de pessoas, para que o cenário seja entendido. Primeiro entender para que o serviço serve e depois aprender como fazer para atuar de forma eficaz no que eles têm de problemas. A recomendação é que sejam realizadas regulamentações para toda essa problemática de certificação. No Brasil, falta em determinadas discussões clareza e transparência para os vieses que existem. Há no *site* do Fenadados-CUT as regulamentações necessárias para que aconteça algum protagonismo brasileiro, pois quem domina o cenário internacional são os registradores, como alguns participantes expuseram.
- d) **Carlos Affonso de Souza (CTS/FGV, Rio de Janeiro):** Tratou da governança da Internet e da ICANN que pode parecer um pouco complexo, e que a curva de aprendizado é bastante grande, contudo, é preciso destacar que há muitos órgãos e muitas representações. Faz um convite para o pessoal que trabalha com direitos humanos e direitos na Internet, direitos fundamentais dentro da ICANN. Por exemplo, os novos domínios podem ser vistos por diversos ângulos. Uma oportunidade comercial, assegurando marcas na rede. Outra oportunidade é verificar como último dinheiro dos domínios e identificação de conteúdo. Também questionou se existe uma vida longa aos nomes de domínios. Existem quase 10 candidatos para domínios app. Há o debate sobre o “.patagonia” entre empresa e governo da argentina. São



problemas relacionados entre conteúdo de fundo muito rico entre Estados, empresas e cidadãos. Por muito tempo, a ICANN queria implementar registro de domínio por moral. Já o conceito global de moral e bons costumes ultrapassa a primeira problemática de responsabilidade de nomes de domínio. Estão vários direitos aqui embutidos, como o conteúdo e também de liberdade de expressão. Destacou também que o SOPA e o PIPA retiravam o domínio do ar e no Brasil houve uma medida parecida no Congresso Nacional, que colocaria o CGI.br para realizar a mesma função do departamento norte-americano responsável pelo SOPA e pelo PIPA.

- e) **Marília Maciel (CTS/FGV, Rio de Janeiro):** Tentou voltar ao ponto da moralidade e ordem pública na ICANN. Isso deixou preocupação, pois domínios não poderiam ser aprovados por determinados problemas encontrados na moral, a qual deveria ser conceituada pelo órgão. De acordo com os problemas apresentados, Marília indica que é possível perceber que apesar dos governos possuírem seus conceitos, pois o mercado está conceituando e moldando os conceitos e liberdade da Internet. Esses conceitos devem ser discutidos democraticamente e o CGI.br foi um dos grandes avanços. Marília reclama que o Facebook só aparece quando é para conversar com o G8. Sempre existirão áreas delicadas, mas há de se andar neste sentido e avançando paulatinamente para melhorar o modelo de governança da Internet no Brasil. Ser um dos modelos-destaque não impede a melhoria deste modelo. Este é o único espaço que as pessoas podem ser ouvidas, não enfraquecendo o CGI, mas fortalecendo o comitê.

MODELO INTERNACIONAL DE GOVERNANÇA DA INTERNET (ICANN)		
<i>Problemas Apontados</i>	<i>Propostas Apresentadas</i>	<i>Posicionamentos</i>
1) Houve questionamento da oferta de infraestrutura – o perfil empreendedor brasileiro está deslocado no modelo atual de gestão da Internet.	1) Propõe-se a realização do Fórum da Internet no Formato de Conferências Nacionais (etapas municipais, estaduais e nacional); 2) Há maior necessidade de formação, capacitação e treinamento de funcionários da área de TI; 3) Defendeu-se a maior legibilidade e abertura de	1) Foram apresentadas vantagens do modelo de governança do CGI.br em relação ao modelo de governança internacional; 2) Foi apontado que o CGI.br é referência internacional na regulamentação, pesquisa e implementação de políticas públicas de Internet; 3) Indica-se que o sucesso do modelo brasileiro se deve ao



MODELO INTERNACIONAL DE GOVERNANÇA DA INTERNET (ICANN)

	<p>dados para manipulação (Dados Governamentais Abertos);</p> <p>4) Foi apontada a necessidade de <i>streaming</i> para participação remota, o que possibilita participação mais aberta e eficaz no próximo Fórum da Internet no Brasil, por meio de <i>chat</i> e perguntas enviadas por usuários <i>on-line</i>;</p> <p>5) Foi apresentada a necessidade de certificação dos profissionais das áreas de TI.</p> <p>6) O Facebook deve estar presente nos debates do Fórum da Internet no Brasil;</p> <p>7) Discutir a linguagem do Facebook no W3C;</p> <p>8) Foram defendidas mais acessibilidade e usabilidade na <i>web</i> de acordo com os padrões W3C;</p> <p>9) Foi apontada a necessidade de flexibilizar instrumentos de tributos, para que possa haver redução de preços e as camadas mais baixas terem acesso a SMS, Internet de qualidade com possibilidade de inserção e visualização de conteúdo.</p>	<p>fato do reconhecimento da importância do multissetorialismo e pelo fato de não estar ligado diretamente a governos;</p> <p>4) LACNIC e CGI.br possuem ações de capacitação e treinamento de funcionários de grandes empresas de conteúdo, <i>Data Center</i>;</p> <p>5) O Brasil teve posicionamento parecido no Congresso Nacional em relação ao SOPA e ao PIPA, mas projetos foram retirados de pauta;</p> <p>6) Foi apontada série de riscos relacionados a domínios genéricos, que no entanto, são considerados negócios inevitáveis;</p> <p>7) FUST deve ser usado para incentivo ao acesso à Internet;</p> <p>8) A experiência de uso da Internet no Brasil com <i>smartphones</i> é cara para usuários e lucrativa para empresas;</p> <p>9) Foi apontado que os preços praticados no Brasil em relação à Europa são distintos devido à diversidade de realidades e mercados, já que em cada lugar o dono age da forma que é possível diante do cenário de legislação, recursos humanos, expectativas de consumidores;</p> <p>10) Discorda do posicionamento do CGI.br em relação a consulta pública sobre palavras e termos de interesse para adquirir o GTLDS no Brasil;</p> <p>11) Novos domínios são considerados como oportunidades comerciais.</p>
--	---	---



TEMAS – GRUPO II

A) Propostas

- **Carlos Alberto Jaques (Fenadados – CUT, Brasília):** Apontou que a Internet é fenômeno global e agora a informação é a moeda mais valiosa do planeta, dando os exemplos de filmes, pois os preços cobrados não refletem a realidade de custos. Destacou que o Brasil não possui *hardware* e o quadro internacional está voltado para a militarização e a capitalização destes procedimentos. Israel, por exemplo, produziu vírus para o mundo. Colocou alguns desafios e propostas para o Brasil: 1) Primeiro desafio é a falta de recursos humanos na área, com certificados; 2) Segundo desafio é aumentar a participação, sendo uma plenária o órgão máximo do CGI.br; c) Terceira proposta é o Conselho de Internet Pública Brasileira. Realizar a primeira conferência nacional, nos mesmos moldes da Consocial, com as conferências locais, estaduais e uma nacional.
- **Leandro Chemalle (Partido Pirata, São Paulo):** apresentou proposta sobre palavras que possam ser endereço de Internet. É uma discussão complicada e que há os registradores que dominam. Ele discorda da posição do CGI.br que não permite esse modelo de usar outras palavras, ficando apenas como “.br”. A proposta é que tudo seja bem discutido, com a elaboração de uma consulta pública de palavras que possam virar domínio, e o CGI.br possa discutir isso. Indica que não há transparência da informação que estava diretamente envolvida sobre o registro dos domínios. É importante que haja uma sistematização das informações e que sejam postadas na Internet. Há de se abrir a mente e tentar trazer estes atores como o Facebook para discutir estes problemas. A penetração via Facebook é maior do que outras redes sociais como Twitter que era a rede social que mais atingia pessoas anos atrás. Portanto, essas empresas devem ser intimadas para discutir estas problemáticas, capazes de se responder questões pontuais, pois sabe-se da dificuldade desta resposta fora dos Estados Unidos.



- **Carlos Affonso de Souza (CTS/FGV, Rio de Janeiro):** Em resposta a Leandro Chemalle (Partido Pirata, São Paulo) sobre os domínios genéricos, acredita que seja um problema grave e complexo, envolvendo inclusive a ICANN, onde houve vários problemas de liberdade e ainda não há posição clara para esta temática. Citou como exemplo o grupo *gay*. Além disso, há uma série de riscos, é inevitável, por ser um negócio. Cada domínio tem a barreira de 187 mil dólares para ser registrada e ainda não há segurança jurídica para isso. Há grandes empresas que gostariam de ganhar dinheiro através do registro defensivo. Globo, UOL, provavelmente fariam isso. No Brasil, foram registrados alguns e nenhum possuía problemas. Cinco deles o próprio registro .br seria o gestor do domínio. Ao mesmo tempo que é um problema, também não pode se negar o interesse público brasileiro nesta discussão. É um espaço complexo para não de perder negócio e também da real utilidade. Minimamente, é diferente o acesso entre .br e .abc. Atualmente, o .br é uma marca bastante difundida e identificada internacionalmente. Mas sem prejuízo de termos de domínios genéricos.
- **Massilon Araujo (A. T. Kearney):** Cerca de 350 milhões de dólares foram gastos, motivados pela expansão dos GTLDs, novos domínios. Questionou até que ponto podem ser os novos domínios um instrumento de inovação e uma inutilidade?

B) Reclamações sobre o Modelo de Participação no II Fórum da Internet

- **Marília Maciel (CTS/FGV, Rio de Janeiro):** Reclamou que não há interação entre os que participam pela *web* e presencial. O *chat* não possuía registro, histórico na tela, ficando difícil avaliar as suas colocações *on-line*. Ela acredita que a participação remota seja chave no cenário. O modelo do IGF possui *streaming* de todas as sessões. Além disso, há possibilidade de *feedback*, perguntando, inclusive, sobre a possibilidade de participação com sua *webcam*. O IGF já foi realizado na Grécia, no Brasil e no Azerbaijão, este ano. Também há a possibilidade de criar IGFs locais, sendo um conteúdo de *input* para que seja discutido o global, localmente. Foram mais de 40 *hubs*



realizados no mundo. Ela acredita que talvez o Brasil esteja atrasado em relação a isso. É importante que as reuniões do CGI.br sejam mais transparentes, como a parte mais pública da discussão. A democracia não é apenas escolher representantes, é também a possibilidade de dar condições para que as pessoas possam participar.

- **Cássio Jordão Motta Vecchiatti (Conselheiro do CGI.br):** Em resposta ao apontamento de Marília Maciel (CTS/FGV) explicou que o CGI.br anda pensando em formas de aumentar a participação sem que sejam trazidos problemas que já estão resolvidos no modelo atual do fórum.
- **Leandro Chemalle (Partido Pirata, São Paulo):** enfatizou o comentário de Marília Maciel (CTS/FGV). Acredita que a CGI.br deveria ter maior transparência, com a inclusão de vídeos das reuniões. Não se conhece os representantes de cada setor e também não há conversa direta entre os representantes e os representados.

TEMAS – GRUPO III

A) Lei de Acesso à Informação Pública

- **Carlos Alberto Jaques (Fenadados – CUT, Brasília):** Entregou material informativo para todos os presentes na sala e defendeu que a Lei de Acesso a Informação não deveria informar salários de funcionários, pois eles teriam suas informações na internet sem a sua ciência. Também apontou que a Internet é fenômeno global e agora a informação é a moeda mais valiosa do planeta, dando os exemplos de filmes, pois os preços cobrados não refletem a realidade de custos. Destacou que o Brasil não possui *hardware* e o quadro internacional está voltado para a militarização e capitalização destes procedimentos. Israel, por exemplo, produziu vírus para o mundo. Colocou alguns desafios



e propostas para o Brasil: a) Primeiro desafio é a falta de recursos humanos na área, com certificados; b) Segundo desafio é aumentar a participação, sendo uma plenária o órgão máximo do CGI; c) Terceira proposta é o Conselho de Internet Pública Brasileira. O domínio “.br” seria a partir de agora teria um território ao qual se afirmaria. Realizar a primeira conferência nacional.br, nos mesmos moldes da CONSOCIAL, com as locais, as estaduais e uma nacional; d) A quarta é a proposta global, onde todos os países adotem uma agenda equivalente a isso.

B) Preço da Internet no Brasil

- A) **Carlos Affonso de Souza (CTS/FGV, Rio de Janeiro):** Mostrou que a experiência de uso da Internet em aparelhos celulares inteligentes é de 120 dólares por mês no Brasil. Um segundo dado é apresentado por uma pesquisadora da UOL, mostrando que a lucratividade nesta área chega a ser mais alta do que em bancos. Em grande medidas, esta lucratividade sustenta algumas problemáticas que empresas estão enfrentando na Europa. Apesar dos impostos, ainda ficaria muito caro. O problema é que há um esquema de fixação de preços que os usuários brasileiros não conseguem se livrar para ter uma boa experiência de Internet móvel. Houve uma empresa que tinha uma grande empresa em Pernambuco com infraestrutura, chegando ao limite de seu uso, daí então foi investir em melhorias e expansão. Há de se ter maior planejamento para que o usuário não seja afetado. Na Inglaterra, a O2 é a Vivo aqui no Brasil. O preço é de 8 euros por mês para uma conexão de 30 MB. É a mesma empresa, só que com o preço cinco vezes mais alto.
- B) **Alex Capuano (CUT):** Comparou o preço do custo do carro Brasil com o preço da Internet. Parafraseou o Custo Brasil, problemática de logística e infraestrutura, com o Lucro Brasil, comparando a porcentagem do lucro no Brasil com outros países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não há nenhuma lógica nisso. Por exemplo, o carro é mais barato, os trabalhadores têm mais direitos, há menor carga horária de trabalho e maiores salários. O que é diferente é que os gerentes de empresas ganham mais aqui no Brasil que na Alemanha.



C) **Carlos Alberto Jaques (Fenadados – CUT, Brasília):** Respondeu ao comentário de Alex Capuano (CUT) sobre empresas, pois em cada lugar o dono age da forma que é possível diante do cenário de legislação, recursos humanos, expectativas de consumidores. Desse cenário, ele tira o lucro que pode. A legislação brasileira é bastante deficiente, pois há pouca participação na área de padrões internacionais, bastante ausente. O consumidor brasileiro compra qualquer coisa que tenha pequenos defeitos, mas toleráveis. A tolerância brasileira permite que empresários considerados ruins em outros locais, aqui sejam ainda piores. E para complicar a situação, o caso da Vivo é bem característico, em que há um monte de infraestrutura e um processo caótico. O mesmo é o caso da GVT, uma empresa bem organizada e com tecnologia consistente, que começou a vender mais do que poderia e o nível de serviço caiu. Existe uma lenda de mão de obra e competitividade, responsabilidade social das empresas. Sem vigilância, empresas terão problemas, seja a telefonia por aqui ou um o reator nuclear no Japão.



4. ANEXOS

PARTICIPANTES DA TRILHA 5

Nº	Nome	Instituição/Organização	Localidade
1	CARLOS ALBERTO JACQUES	FENADADOS – CUT	BRASÍLIA
2	JOÃO CARLOS CARIBÉ	MEGA NÃO	RIO DE JANEIRO
3	CÁSSIO JORDÃO MOTTA VECCHIATTI	CGI.BR	–
4	FLÁVIO WAGNER	UFRGS	RIO GRANDE DO SUL
5	LEANDRO CHEMALLE	PARTIDO PIRATA	SÃO PAULO
6	ALEX CAPUANO	CUT	–
7	MARÍLIA MACIEL	CTS/FGV	RIO DE JANEIRO
8	CARLOS AFFONSO DE SOUZA	CTS/FGV	RIO DE JANEIRO
9	MASSILON ARAÚJO	A. T. KEARNEY	–
10	RÔMULO NEVES	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE	BRASÍLIA
11	AMANDA	GEDAI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	FLORIANÓPOLIS